



MILITARIZAÇÃO DO COTIDIANO: UM LEGADO OLÍMPICO



MILITARIZAÇÃO DO COTIDIANO: UM LEGADO OLÍMPICO



Rio de Janeiro
Dezembro de 2017



SUMÁRIO

- 6** APRESENTAÇÃO
- 8** RIO, CIDADE SEDE DE UM MODELO GLOBAL DE MILITARIZAÇÃO
- 12** "MILITARIZAÇÃO O TEMPO INTEIRO". ENTREVISTA COM PATRÍCIA OLIVEIRA
- 18** BALAS QUE CRUZAM PRESENTES E DORES: O COTIDIANO MILITARIZADO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO RIO
- 30** NÃO É GUERRA. É MASSACRE! PELO FIM DA MILITARIZAÇÃO DA VIDA. BASTA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
- 36** HAITI: A MILITARIZAÇÃO DE CÁ PARA LÁ DA AMÉRICA
- 40** DA PALESTINA À MARÉ: A LUTA PELO DIREITO À VIDA
- 46** BIBLIOGRAFIA
- 47** EXPEDIENTE

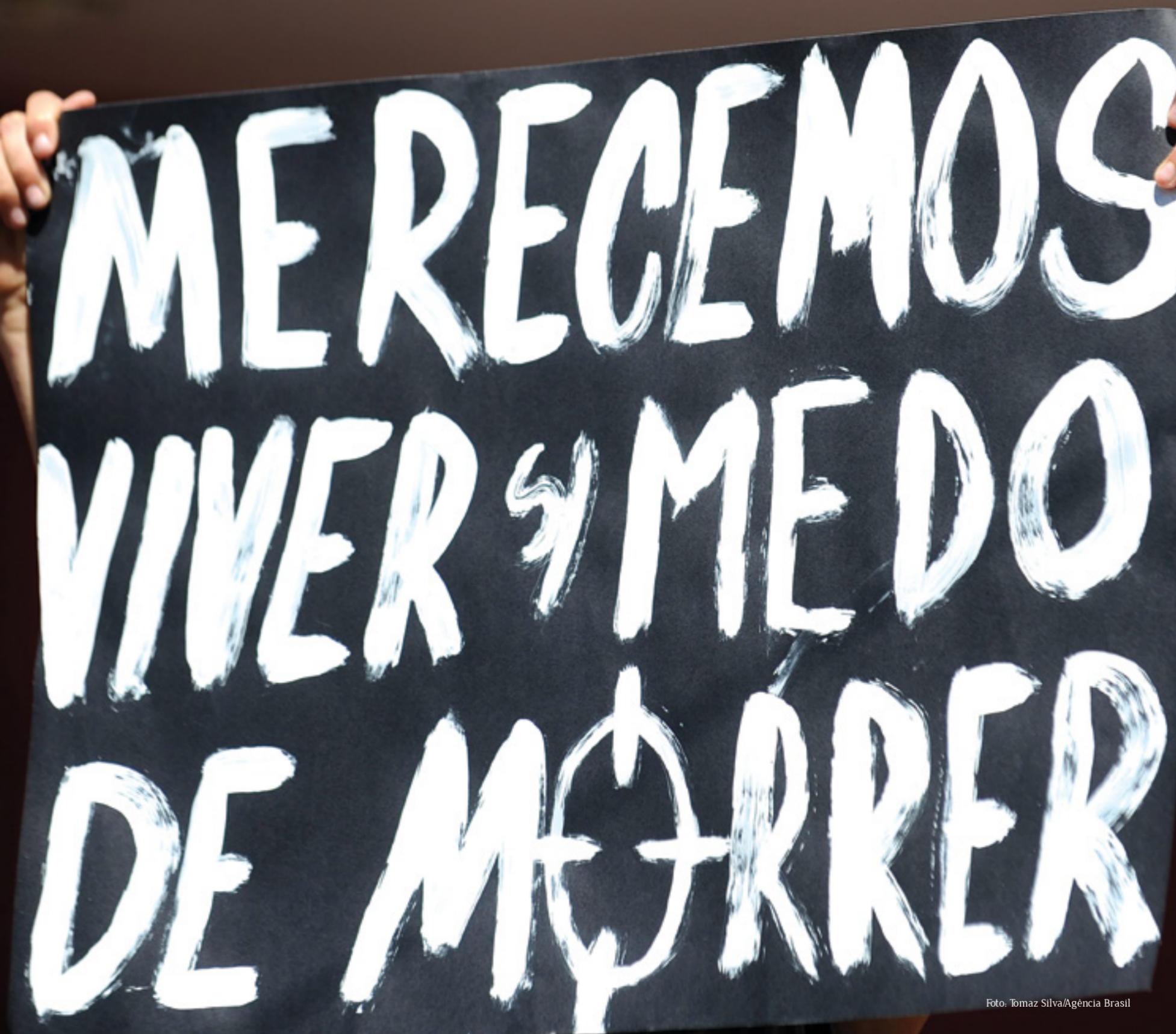


Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

APRE SEN TAÇÃO

Em entrevistas na televisão, em discursos de autoridades públicas, nas conversas cotidianas, passamos o ano ouvindo que o Rio enfrenta uma guerra. Homens armados, Exército, blindados, helicópteros. O espetáculo das imagens quer nos fazer acreditar que há um inimigo a ser vencido. Mas quando se olha para as vítimas dos fuzis, não é difícil notar que há na cidade, na verdade, um massacre de gente pobre, negra e favelada.

A tragédia das operações, dos tiros vitimando crianças em escolas, do fechamento de unidades de saúde, do aumento de assassinatos pela polícia militar expôs um cotidiano vivido há muito tempo por favelas e demais comunidades no Rio: uma cidade completamente militarizada. A Olimpíada deixou o legado de um Estado falido, que sequer consegue pagar seus

servidores, à frente de uma política difícil de ser qualificada como segurança pública.

O Instituto Pacs há anos denuncia a militarização no Haiti e suas relações com cidades como o Rio, marcada pelos megaeventos. Em 2017, o Pacs se propôs o desafio de contribuir no debate público crítico sobre o impacto da militarização na vida de moradores/as de territórios empobrecidos no Rio. Reportagens, entrevistas e artigos questionaram também quais as relações entre a militarização local e contextos globais mais amplos de territórios ocupados, como Haiti e Palestina, por exemplo.

Longe de querer esgotar o tema, esta publicação busca contribuir com a vocalização das resistências de comunidades, setores sociais e pessoas ameaçadas pela presença militar. É um grito em favor da desmilitarização do cotidiano, de mentes, da vida.



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

RIO,

CIDADE-SEDE DE UM MODELO GLOBAL DE MILITARIZAÇÃO

por Thiago Mendes/Instituto Pacs

O Rio de Janeiro sediou em abril de 2017 a LAAD Defence & Security, a “mais importante feira de defesa e segurança da América Latina”, conforme definem os próprios organizadores. A cidade palco dos megaeventos esportivos, onde 20% de homicídios são cometidos pela polícia em serviço, segundo relatório anual da Anistia Internacional, recebeu mais de 600 marcas expositoras de armas, equipamentos bélicos e outras tecnologias “para o fomento de negócios junto às Forças Armadas, Forças Policiais e Especiais, consultorias, segurança corporativa e agências governamentais”, ainda segundo os organizadores.

O Rio se tornou sede também de um escritório da Drug Enforcement Administration (DEA), agência estadunidense de combate ao narcotráfico, que desembarcou

em solo carioca a pedido do ex-secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame.

Os dois fatos citados, à primeira vista isolados, colocam o Rio de Janeiro em destaque em uma dinâmica global de reprodução de um modelo militar de segurança nos territórios das cidades. Em outubro de 2017, segundo levantamento do jornal Extra, as mortes violentas em favelas voltaram ao patamar de 2009. Nesse contexto, que lugar o Rio pós-Olímpico ocupa na conjuntura global em que a comercialização de armas atingiu o maior volume desde o fim da Guerra Fria?

O processo de militarização, agravado com a preparação da cidade para eventos como Pan-Americano, Copa do Mundo e Olimpíadas, tornou o Rio uma cidade em que a presença de forças militares, repressão a manifestações, “caveirões”—circulando ao som de

“Sai da rua, morador. Eu vim roubar sua alma”—e operações policiais nas favelas compõem o cotidiano dos moradores e moradoras. Tudo isso em nome de uma política racista e falida de guerra às drogas, importada dos EUA^[2].

Maren Mantovani, coordenadora de relações internacionais da campanha Stop the Wall

(campanha pelos direitos da população palestina), aponta pelo menos três níveis em que é possível estabelecer conexões globais sobre a militarização no Rio: o treinamento de forças especiais como o Bope; a venda de armas e tecnologias para as polícias e a estruturação do controle e da vigilância da cidade como um todo.



Estamos hoje em um nível que nem George Orwell, quando escreveu 1984, poderia imaginar. Escondido sob o nome de *safety city* (cidade segura) ou *smart city* (cidade inteligente), está se instalando um meganegócio de centros de comando e controle integrado em que Israel está evidentemente na primeira linha, desenvolvendo e vendendo essas tecnologias.

Ela lembra que os centros de comando e controle são modelados seguindo a experiência que se tem em Gaza, na Palestina. Tais centros foram instalados durante a Copa do Mundo nas cidades-sede do Mundial. Alguns anos depois, em 2013, o Rio venceu o prêmio World Smart City 2013. “Isso é complicado, porque você tem uma cidade cada vez mais vigiada, sem nenhuma transparência disso. Não se sabe o quê, como, nem quando está sendo vigiado. Não se sabe o que está sendo feito com esses

dados”, alerta Cecília Olliveira, especialista em segurança pública.

Além disso, Cecília questiona a eficácia de todo o aparato tecnológico na elucidação de crimes, que no Rio apresenta índices muito baixos. “É realmente uma coisa que fica no imediato, como no caso das manifestações. Mas qual o impacto disso na elucidação de homicídios? Esse dado a gente não tem”, cobra Cecília.

Maren argumenta que essas tecnologias de

controle e repressão são testadas em lugares como Palestina e Bagdá, para depois serem usadas em territórios de “guerra de baixa intensidade”, como no Rio, mas também em capitais do norte global.

“São as mesmas ideologias e tecnologias que você encontra hoje também em Londres, Bruxelas, Paris, Los Angeles, Baltimore, para reprimir toda a população excluída e os movimentos que estão se rebelando de uma maneira ou outra”, detalha Maren.

Exemplo de como essas tecnologias de guerra chegam ao sul global é o uso de armas específicas de repressão a manifestações. No Rio, em março de 2013, uma arma sônica, que causava dores nos ouvidos, foi usada contra os indígenas que se recusavam a deixar a Aldeia Maracanã.

Em março de 2016, foi a vez de a polícia militar de São Paulo usar, pela primeira vez, blindados israelenses para reprimir manifestantes.

Momentos como a feira LAAD, organizada de dois em dois anos, são ocasiões-chave para a troca de informações e tecnologias globais de repressão, assinala Maren. Uma olhada na programação do evento—restrito a profissionais do setor—ajuda a entender na prática o argumento. Palestras sobre “monitoramento de grupos organizados, manifestações e combate a terrorismo e danos ao patrimônio” e discussões sobre o “modelo mundial de integração em segurança pública: Sistema gerencial da Polícia Civil do Rio de Janeiro” integram a grade. “As palavras lindas escondem os intentos: discutir como reprimir os povos, sendo a América Latina um espaço absolutamente central nisso”, aponta Maren.

Se para a população das favelas do Rio a presença militar virou sinônimo de

tiroteios constantes, invasões a domicílios e constrangimentos de toda ordem, para muitos que vivem no asfalto, a militarização é associada a algo bom, que garante uma sensação de segurança.

De acordo com Dario Sousa e Silva, professor do Instituto de Ciências Sociais da Uerj, a presença das forças armadas e de segurança como acréscimo às forças policiais é algo que antecede os megaeventos esportivos do ciclo recente. O que era uma “característica de excepcionalidade” antes, porém, passou a virar rotineiro.

“Há uma fronteira entre o que deve ser protegido e de quem se proteger. O tanque apontado para a Rocinha a partir da Gávea [na ECO-92] era uma mensagem muito clara disso”, relembra Dario, que cita a Reunião do G-8 e a Cúpulas das Américas como eventos de uso excepcional das forças armadas nas favelas do Rio.

Para Maren Mantovani, coordenadora de relações internacionais da campanha Stop the Wall, a saída para combater a ideologia da militarização é criar um “enlace global entre as populações atingidas” para criar solidariedades e fortalecer as lutas. “É preciso mostrar que os lugares mais seguros não são os que têm mais policiais, mas onde se tem mais justiça e serviços sociais”, defende Maren.

Numa guerra em que os civis são os alvos principais, as trincheiras de resistências são cavadas todos os dias por palestinos/as, favelados/as, pela população negra de Baltimore morta pela polícia, por todos e todas que se insurgem contra a militarização da vida. “Há tempos eles acabaram com a diferença entre civis e militares. Todos viramos objeto de uma guerra global contra os povos”, resume Maren.

[1] Sobre o tema leia mais aqui: <https://theintercept.com/2016/08/11/brasil-importa-politicas-de-seguranca-racistas-e-falidas-implantadas-nos-eua-do-seculo-passado/>



Foto: Tania Rego/Agencia Brasil

Foto: Jefferson Scabio/
Campanha Caveirão Não

"MILITARIZAÇÃO O TEMPO INTEIRO".



ENTREVISTA COM PATRÍCIA OLIVEIRA

Entrevista concedida a Gizele Martins, em colaboração especial para o Instituto Pacs. Gizele é jornalista, comunicadora popular e membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj

Patrícia Oliveira é militante desde muito cedo. Irmã de um dos sobreviventes da Chacina da Candelária, ocorrida em 1993, ela é defensora de direitos humanos e uma das fundadoras da Rede de Comunidades Contra a Violência, criada em 2004. Atualmente Patrícia integra o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, cujo principal objetivo é a "identificação do risco de tortura" a partir do monitoramento de centros de privação de liberdade. Por ser uma das grandes referências no tema da segurança pública no Rio, convidamos Patrícia para

falar um pouco sobre a militarização e como as várias expressões do racismo institucional dificultam e impedem a vida da população negra e favelada do Rio de Janeiro.

Nesta entrevista, ela traça um panorama do aumento da violência policial desde a década de 1990; fala sobre a falácia do discurso governamental sobre a "falência das Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs, surgidas em 2008"; além de mostrar como o governo reforça a construção de um imaginário de uma sociedade do medo, que deve ser temida, que necessita ser controlada cada vez mais pela polícia.



Foto: ThomasBauer/Idos os direitos reservados

Na sua análise, por que houve aumento das chacinas na década de 1990?

A militarização nas favelas na década de 90 foi bem diferente do que está acontecendo atualmente. Naquela época, os policiais que mais matavam ganhavam mais. Eles ganhavam um bônus que ficou conhecido como a “gratificação faroeste”, o que fez aumentar muito o número de pessoas assassinadas naquele período. Surgiram vários casos de crianças e adolescentes assassinadas na época. Eram constantes as operações em favelas. Surgiram vários grupos de extermínios. Os ‘Cavalos Corredores’, por exemplo, era um deles. É daí que surgem as várias chacinas no Rio de Janeiro. A polícia mostrou a sua cara naquele momento.

Os desaparecimentos forçados também começaram a aumentar junto às chacinas. Naquele

período, ocorreu a Chacina de Acari e 19 pessoas ficaram desaparecidas. Em 1993, aconteceu a Chacina da Candelária do Centro do Rio de Janeiro: oito meninos em situação de rua foram assassinados, outros sobreviveram. No mesmo ano, em agosto, acontece a Chacina de Vigário Geral. São 21 pessoas assassinadas por policiais do grupo de extermínio ‘Cavalos Corredores’. Ou seja, foram inúmeros assassinatos que ocorreram no Rio naquele período, e esse número de mortos e desaparecidos só vêm aumentando.

Diante de inúmeras chacinas, quais foram as formas de denúncia, como os casos se tornaram conhecidos?

Na época, a Anistia Internacional Brasil começou a acompanhar esses casos das chacinas. Alguns destes casos acabaram tendo uma repercussão

grande. Assim como o desaparecimento do Jorge Careli, de 30 anos, servidor público da Fiocruz, que desapareceu ao ser pego por policiais na favela Varginha, em Manguinhos. Além dos outros casos já citados, também aconteceu outra chacina em 1994, a de Nova Brasília, no Complexo do Alemão, também cometida por policiais. É quando as chacinas viram notícias internacionais.

Os olhos do mundo estavam voltados para o Rio. É quando a polícia acaba ficando um pouco inibida. Começam os julgamentos dos policiais envolvidos em algumas destas chacinas. A imprensa começou a acompanhar cada vez mais de perto. Foi quando se percebeu que a violência nas favelas é sempre maior do que em qualquer parte da cidade.

Os familiares destas vítimas não se conheciam,

mas foi no decorrer destas chacinas que eles se conheceram. Quando ocorria um caso em uma favela, um familiar de vítima ia dar apoio aos novos familiares. Foi quando surgiram as grandes passeatas, manifestações. E quando se formam os grupos de apoios.

Em 2007, volta a ter um aumento das chacinas no Rio, assim como agora em 2017. Qual sua análise sobre esta situação?

Há um aumento nos casos de autos de resistências nas favelas. Os casos aumentam quando temos os próprios governadores afirmando que a solução só vem a partir do investimento na segurança pública. Exemplo disso foi quando o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, disse que “mulher de favela é fábrica de produzir marginal”. É uma autoridade pública



No Degase, um adolescente estava queimado e em coma no hospital, e ele permaneceu o tempo inteiro algemado, mesmo em coma. É a militarização o tempo inteiro presente na vida deles”



Os “autos de resistência” foram criados como medida administrativa durante a Ditadura Militar a fim de legitimar a repressão do regime e hoje entende-se que muitas vezes funcionam como uma “licença para matar” e encobrir crimes por parte dos agentes públicos de segurança, embora o ordenamento jurídico brasileiro não preveja a exclusão da ilegalidade ou da investigação pelo simples registro dos autos de resistência. Ainda assim, a prática constitui-se como um *modus operandi* para as polícias e, em segundo plano, para o judiciário dispensar elementos fundamentais para o devido processo de investigação de um homicídio decorrente de intervenção policial.

Fonte: Blog Negro Belchior. Carta Capital.
Disponível em: <http://bit.ly/2D5Xy1o>

Foto: ThomasBauer/Todos os direitos reservados

fazendo falas de ódio e de violência. Lembrando que qualquer autoridade sempre teve falas de violência, sempre dizendo que é preciso uma resposta rápida à sociedade. São respostas com violência, dizendo que vão resolver com mais violência, apenas com polícia.

Acredito ainda que o atual Secretário de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Roberto Sá, não tem o controle da secretaria. Ele quase não vem a público dar entrevista ou explicar sobre a atual situação do Rio. Ele não se pronuncia sobre as operações que ocorrem nas favelas, sempre põe um comandante da Polícia Militar, alguma chefia da polícia para falar, nunca é ele. Isso acaba sendo um problema porque, na hora de cobrar, não sabemos a quem cobrar. É a chefia, é ao comandante, é ao secretário que temos que cobrar?

Como a militarização está presente na vida cotidiana do morador de favela e periferia do Rio?

Há pouco tempo, foi aberta uma votação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro para que a Guarda Municipal pudesse ter armas letais. Esta Guarda Municipal não precisa estar armada, porque ela existe para cuidar de praças, cuidar de espaços que não necessitam de armamentos. Eles querem ter poder de polícia e, se eles já são truculentos, imagina se eles se armarem? Eles teriam ainda mais poder de intimidar, haveria ainda mais problemas para todos nós que circulamos a cidade.

Outro espaço militarizado é o sistema prisional. Até na hora de um atendimento médico os presos precisam passar por PMs. A própria ‘disciplina’ a ser seguida naquele espaço é militarizada. O preso fica de costas, com as mãos para trás.

Quando um deles ou uma delas precisam estar em algum hospital, também são algemados. Tudo é mais difícil para este público.

No Degase lo Departamento Geral de Ações Socioeducativas é um órgão do Governo do Estado do Rio responsável pela privação de liberdade de adolescentes em conflito com a lei, as mesmas práticas acontecem. No ano passado (2016), um adolescente estava queimado e em coma no hospital, e ele permaneceu o tempo inteiro algemado, mesmo em coma. É a militarização o tempo inteiro presente na vida deles.

No final de 2016, o ex-secretário de Segurança Pública, Mariano Beltrame, afirmou que as UPPs haviam falido, discurso que o atual secretário tem sustentado durante estes primeiros meses de 2017. Qual sua opinião

sobre isso? Você acredita que este programa falhou?

A UPP nada mais é do que o ‘Grupo de Policiamento em Áreas Especiais’, o GPAE, que entrou em várias favelas do Rio nos anos 2000. O que tem de atual é que a UPP tem dinheiro, tem recursos. A UPP era a menina dos olhos de muitos empresários. Afinal, quando o assunto é segurança, se busca recurso. Esse discurso de que as UPPs estão falidas acaba colocando um terror na cabeça da população. É um discurso produzido para se conseguir mais recursos, mais dinheiro. É um discurso que faz acreditar que é preciso, sim, investir na segurança pública, porque é ela que vai resolver o problema da sociedade. Eles vendem isso para a população, vendem o medo, o pânico—e a população acaba apoiando.



Foto: Luiz Baltar/ Todos os direitos reservados

BALAS QUE CRUZAM PRESENTES E DORES:

O COTIDIANO MILITARIZADO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO RIO

por Thiago Mendes/Instituto Pacs

Meses depois da morte de Maria Eduarda, 13, numa escola pública em Acari, quem segue chorando os mortos da guerra cotidiana das favelas militarizadas? Histórias de sonhos cruzados a tiros e do coração doído das mães condenadas a pedir Justiça.

Eduardo sonha em ser bombeiro desde que viu na televisão homens fardados na tragédia do Morro do Bumba, em Niterói. “Vou estudar para ser isso. Quero salvar vidas”, disse para a mãe Terezinha Maria de Jesus, em 2010. Jhonata Dalber está feliz da vida. Conseguiu um emprego depois de terminar o curso tão desejado. Agora sobra até uma grana para levar a namorada ao cinema e, depois do filme, dormir na casa da garota, com autorização do pai dela.

O filho de Terezinha de Jesus não pode mais sonhar em ser bombeiro. Jhonata não desistiu

do curso, mas não pode mais trabalhar. Os dois foram mortos pela arma de um policial de favelas cariocas onde foram instaladas Unidade de Polícia Pacificadora (UPPs). Eduardo tinha 10 anos; Jhonata, 16. Eduardo morava no Complexo do Alemão; Jhonata, no Borel.

Espalham-se cidade adentro as histórias de eduardos, jhonatas, wesleys, eduardas: meninos e meninas cariocas cujos planos e sonhos poderiam ser contados no presente, como no primeiro parágrafo deste texto, enchendo de orgulho mães e vizinhos. São vítimas de uma rotina de dor que mata os mais novos, os negros e os favelados na

segunda maior cidade do País. São mártires de uma nova geração que teve o direito a sonhar suspenso, dilacerado por um projétil.

Uma bala—perdida ou direcionada? — transformou a narrativa potente de vidas em um passado de saudade e um desejo de luta por justiça. Essas trajetórias massacradas pela violência de Estado povoam diariamente as páginas dos jornais e as imagens das tevês no Rio para em seguida sumirem da nossa memória. Por quê? Há, quase todos os dias, um mais recente choro de mãe a ser consolado no Rio. Repete-se um ritual comum de desespero e desalento em rostos cansados de tanta violência. Até quando, perguntam-se as mães.

No fim de março de 2017, a morte de crianças e adolescentes vítimas da militarização no Rio de Janeiro ganhou repercussão com o caso de Maria Eduarda, 13 anos, atingida dentro de uma escola em Acari, na zona norte da cidade no dia 30/03. Meses depois, quem sabe da dor da família de Eduarda? A perícia apontou que um dos tiros que

atingiram a menina partiu da arma um dos dois PMs, presos no dia da morte. Entre 2015 e abril de 2017, 21 crianças foram atingidas por “balas perdidas” na cidade, segundo dados reunidos pela ONG Rio de Paz; 20 delas foram baleadas em regiões pobres. De janeiro a setembro de 2017, foram sete crianças baleadas na cidade, de acordo com a organização.

Outra estatística estarrecedora mostra como a militarização afeta diretamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Levantamento feito pela Secretaria Municipal de Educação, a pedido do jornal Extra, mostrou que dos 200 dias letivos de 2016, foram 157 com pelo menos uma escola impedida de funcionar por causa de tiroteios.

O cotidiano de risco de perder a vida para um tiro que não deveria estar ali é enfrentado por moradores de áreas onde se instalaram as UPPs. Segundo levantamento feito pela própria Polícia Militar, os confrontos nessas áreas passaram de 13 em 2011 para 1555 em 2016, o que representa um aumento de quase 13746% (treze mil, setecentos e



Educação sob fogo cruzado no Rio

Estudantes que ficaram sem aula em 2016 por regiões da cidade

24.016

Maré, Bonsucesso, Ramos, Cordovil e entorno

17.421

Bangu, Realengo, Deodoro e região

16.661

Jacarezinho, Méier, Inhaúma, Complexo do Alemão, Lins e região

14.883

Colégio, Pavuna, Guadalupe, Barros Filho e região

13.436

Jacarepaguá e Barra da Tijuca

8.485

Santa Cruz, Guaratiba, Sepetiba e Paciência

8.234

Madureira, Irajá, Guadalupe e região

8.225

Centro, São Cristóvão, Mangueira, Rio Comprido e Santa Teresa

2.282

Campo Grande

1.926

Zona Sul e Tijuca

Fonte: Levantamento feito pela Secretaria Municipal de Educação do Rio a pedido do jornal Extra. Publicado na edição de 03/04/17.



Uma coisa não é isolada da outra. A face dessas crianças é negra. O racismo e o machismo também se expressam, pois 85% são mulheres negras que sustentam suas casas”

Samantha Guedes, educadora



Não vem com esse discurso de que há um combate às drogas. O que há é um combate aos pobres. Estão tirando nossos filhos e ninguém se importa. E se nossos filhos fossem jovens brancos de classe média?”

Ana Paula Oliveira, mãe de Johnatha, morto aos 19 anos com um tiro nas costas em Manguinhos

quarenta e seis por cento).

Em março de 2017, foram 120 pessoas mortas no que o Instituto de Segurança Pública classifica na nomenclatura seca de “Homicídio Decorrente de Oposição à Intervenção Policial”, um aumento de 967% em relação a março de 2016, quando 61 pessoas foram mortas. A estatística, que apontava a falência da capacidade do projeto de segurança pública de levar paz às favelas se confirmou ao longo do ano. De janeiro a novembro, 1.035 pessoas foram mortas pela polícia no Estado do Rio.

A militarização afetou o funcionamento de escolas e unidades de saúde, conforme foi noticiado diversas vezes pela imprensa carioca.

Em 2017, as escolas tiveram de fechar as portas 65 vezes na cidade, nos 22 primeiros dias letivos do ano. Dos 641 mil alunos da rede municipal, 115 mil estudantes ficaram ao menos um dia sem aulas normais em 2016. A região mais afetada tem sido Maré, Bonsucesso, Ramos, Cordovil e entorno (com 24.016 estudantes sem aula em 2016).

Em maio, uma marcha no Parque União, na Maré, denunciou as mortes e o fechamento de postos de saúde e escolas em razão dos tiroteios. A situação que assustou a opinião pública nacional e internacional não é novidade para quem enfrenta isso quase todos os dias.

A violência que vitimou adolescentes como Maria Eduarda e Hosana de Oliveira Sessassim, também de 13 anos, não escolhe idade para colocar a vida por um triz. Samantha Guedes, profissional de educação infantil no Complexo da Penha, relata cotidiano de tiroteios, medo e condições precárias de trabalho—falta limpeza e os profissionais terceirizados estão recebendo em atraso—em unidades de educação infantil da região, que acolhe diariamente bebês de até 3 anos e 9 meses.

Nessas áreas, a guerra não escolhe turno. Segundo Samantha, é possível ouvir tiros mesmo em horários de aulas. Numa sexta-feira, as mães tiveram de correr para dentro da creche às 7h30 da manhã, horário em que os portões abrem, para tentar proteger as crianças de um tiroteio na base da UPP.

Os pequenos se revezam entre o medo e a assimilação do ambiente militarizado. Com peças de Lego, as crianças maiores montam armas, fuzis. Outras “brincam de pow-pow-pow”, imitando os disparos. “Armas são proibidas como brinquedos na creche. Mas lá fora os policiais passam com fuzis. O que eu vou dizer a essa criança?”, questiona-se Samantha.



**DO LUTO
À LUTA
POR
JUSTIÇA**

As mães vão se revezando ao microfone para contar a história de seus filhos, a falta de investigação dos casos, a barbaridade dos crimes. “Nossos mortos têm nome”. “Nossos mortos têm voz”, gritam as mulheres na frente do Ministério Público do Rio de Janeiro.

No ato realizado em abril de 2017, elas cobraram a investigação de assassinatos arquivados e celeridade nas investigações. O ato foi organizado pela Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência. Ao fim, as mães foram recebidas por representantes do MP e entregaram uma carta aberta ao órgão. Em dezembro, as mães voltaram à porta do MP para cobrar o fim das operações e do uso de veículos blindados conhecidos como “caveirões”.

O grito é necessário, pois há ouvidos moucos e olhos cegos para investigar as mortes que a polícia classifica como “autos de resistência”, quando, supostamente, houve confronto entre policiais e bandidos. No atentado de Costa Barros, os policiais tentaram enquadrar como “confronto” o fuzilamento de cinco jovens dentro de um carro atingido por 111 tiros. Neste caso, os agentes foram presos, mas essa não é a regra quando a bala encontra um jovem nas favelas.

Veza ou outra, uma família é recebida pelo governador, a quem cabe o pedido de desculpas “pelo erro do Estado”. Desculpas foi o que Terezinha Maria de Jesus teve de ouvir de Luiz Fernando Pezão quando a polícia matou

O estado do Rio de Janeiro registrou 5.607 mortes intencionais em 2017, das quais 1.124 foram vítimas de intervenção policial. Na capital fluminense, quase 25% dos assassinatos do ano foram cometidos pelas polícias. É a maior proporção desde o ano 2000.

Fonte: Anistia Internacional a partir de dados do Instituto de Segurança Pública (ISP)

Para a educadora, falta descentralizar políticas sociais e investir em tratamento para dependentes químicos, em vez de colocar dinheiro na guerra às drogas. “A UPP sempre foi uma farsa. É uma política de segurança pública que só mata negros e pobres. Me sinto na Síria. As pessoas pensam que a guerra é do outro lado, mas é aqui”, arremata.

Militarização, racismo e machismo se misturam quando Samanta reflete sobre o cotidiano da educação infantil em áreas ocupadas pela polícia no Rio. São muitos os casos das crianças atendidas pela rede municipal de educação infantil abandonadas pelo pai. Multiplicam-se, assim, os lares chefiados por mulheres que se viram com empregos precários: faxina, panfletagem nas ruas, dentre outros. “Uma coisa não é isolada da outra. A face dessas

crianças é negra. O racismo e o machismo também se expressam, pois 85% são mulheres negras que sustentam suas casas”, contabiliza, a partir de sua vivência como educadora desde 2009.

Negados os direitos à vida, à educação, ao trabalho digno, as mulheres negras têm também o direito à saúde negligenciado. Falta até anticoncepcionais nas clínicas da família do Complexo da Penha, segundo Samantha.

Num ambiente que oprime famílias pobres e profissionais da educação (alguns desenvolvem síndrome do pânico e precisam ser trocados de creche), o que esperar do desenvolvimento dessas crianças? “Educar e cuidar são coisas indissociáveis. Isso vai influenciar no desenvolvimento. Quem paga a conta são nossas crianças”, resume a educadora.



Foto: Thiago Mendes/Instituto Pacts

o filho Eduardo no Complexo do Alemão, em 2015, na calçada da porta em que morava. Desligadas as câmeras de tevê, o tratamento do Estado muda de tom. O Tribunal de Justiça arquivou o processo contra o policial acusado de matar Eduardo. Terezinha precisou se mudar para o Nordeste depois de sofrer ameaças por denunciar a morte. As desculpas não trazem os filhos de volta, nem fazem os tiros parar. O genocídio segue, e muitas das mães se organizaram para demandar justiça.

Janaína, mãe de Jhonata Dalber, não consegue dizer muito ao microfone sobre o filho estudioso, morto com um tiro na testa pela polícia militar no Borel em junho de 2016. “Fico me perguntando por quê... Eu só queria Justiça... Só isso”, desaba Janaína, amparada pelo grupo de mães que chega de imediato para abraçar coletivamente uma dor sem nome nem tamanho.

Destaca-se entre elas a voz grave de Ana Paula Oliveira, mãe de outro Johnatha, morto aos 19 anos com um tiro nas costas em Manguinhos, quando saía para deixar a namorada em casa. “Parece que vocês estão ouvindo a mesma história. Não vem com esse discurso de que há um combate às drogas. O que há é um combate aos pobres. Estão tirando

nossos filhos e ninguém se importa. E se nossos filhos fossem jovens brancos de classe média?”, questiona Ana Paula. Ana Amélia Silva Rocha, mãe de Tiago, atropelado por um juiz na avenida Brasil em 2000, também se soma à luta das vítimas de agentes do Estado. “O policial atira. O Estado é que mata”, resume Ana Amélia, que investigou por conta própria o atropelamento do filho.

Em comum, elas carregam, além de histórias parecidas, da dor compartilhada e das camisetas brancas com fotos e nomes dos filhos, o rosto negro. A mais recente integrante do grupo é Lara, mãe de Wesley de Paula, de 15 anos, morto no Morro do Fallet havia menos de uma semana. A mulher magra, baixa, aparenta menos de 25 anos. Aproxima-se do microfone no ato realizado em abril de 2017, mas não consegue dizer nada. É logo abraçada por mulheres que há mais tempo sentem a dor que emudece Lara.

“Mais uma mulher preta, nova, com esse olho caído, com essa aparência de dor. Esse bloco não pode crescer mais. Está do tamanho de parar”, orienta Mônica Cunha, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Alerj. Amanhã, quem lembrará a dor de Lara?



Foto: Luiz Bailar/Todos os direitos reservados

MILITARIZAR NÃO É SOLUÇÃO.

SAIBA POR QUE EM 10 MOTIVOS

1 A militarização mata, principalmente, a população negra e pobre. É, portanto, uma política racista e classista e não uma solução para a violência nas grandes cidades brasileiras.

2 Armas e drogas não são fabricadas nas favelas. Ou seja, não há razão para concentrar mais policiais nesses lugares.



3 As forças militares usadas contra civis oprimem os povos pobres onde se instalam: nas favelas cariocas, no Haiti, na Palestina. Elas transformam pessoas em alvos, inventam o conceito da guerra, tirando direitos básicos como ir e vir. A luta contra a militarização deve ser internacional.

4  Os locais mais seguros não são os que têm mais policiais. A paz está onde existe mais justiça social, direitos para todos e todas e menos desigualdade.

5 As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) não levaram paz às favelas cariocas. Durante o auge do projeto, aumentou o número de pessoas mortas pela polícia no Rio e foram inúmeros os casos de desaparecimentos de moradores das favelas, como Amarildo, na Rocinha. O projeto das UPPs já nasceu falido, e a paz não veio.

6 

O papel da polícia não é matar as pessoas. Operações que muitas vezes resultam na morte de dezenas de moradores jamais poderiam ser motivo de comemoração ou sinal de eficiência das forças policiais.

7 Violência gera violência. Uma polícia que mata cria um ciclo de cada vez mais mortes, colocando todos e todas nós em risco, inclusive os próprios policiais.

8 Mais de 77% dos policiais são a favor da desmilitarização da polícia.



As mulheres negras são vítimas duas vezes: elas têm seus filhos assassinados e as violências que sofrem são silenciadas.

10  Desmilitarizar a vida é passo fundamental para alcançarmos a justiça social e o bem viver para as comunidades.

Fontes: Campanha "Caveirão Não", Anistia Internacional, Justiça Global e publicações do Instituto Pacs
8: Pesquisa "Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública", promovida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, pelo Centro de Pesquisas Jurídicas Aplicadas da Fundação Getúlio Vargas e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

NÃO É GUERRA. É MASSACRE!

PELO FIM DA
MILITARIZAÇÃO DA VIDA.
BASTA DE VIOLÊNCIA
CONTRA AS MULHERES

*por Sandra Quintela/
coordenadora-geral do
Instituto Pacs*



Violência contra mulher

no estado do Rio de Janeiro 2016

No fim de julho de 2017, 10 mil agentes – 8,5 mil das Forças Armadas, 620 da Força Nacional e 1.120 da Polícia Rodoviária Federal – chegaram de “surpresa” ao Rio de Janeiro para ocupar 22 pontos da cidade sob a justificativa de se combater a escalada dos índices de violência.

Além disso, incursões cotidianas têm sido realizadas nas comunidades de Manguinhos, Jacarezinho e Rocinha, para citar só algumas. Nas duas primeiras, em dez dias de operações, sete pessoas foram assassinadas em incursões policiais nas favelas. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, 381 escolas fecharam pelo menos um dia no ano letivo de 2017 – 15 delas no Jacarezinho – afetando pelo menos 131 mil estudantes.

Já imaginaram a vida dessas famílias? A vida dessas mulheres, mães, avós, nessa situação? No Brasil, quase 40% das famílias são chefiadas por mulheres. É possível imaginar a agonia cotidiana num ambiente de total insegurança? Em nome de eventos breves e privados, como a Copa e as Olimpíadas, investimentos em justiça e paz sociais foram minguando, o que aprofundou o

fosso de uma cidade partida. De 2013 para 2017, a população vivendo em situação de rua triplicou na cidade do Rio, segundo dados levantados pela própria Prefeitura. Investimentos em saneamento básico, creches, atendimento em saúde, lazer migraram para as assim chamadas Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). Em 2017, o orçamento do Governo do Estado destinado à segurança pública atingiu R\$12,1 bilhões, quase o dobro dos R\$6,6 bilhões direcionados ao orçamento com saúde. Para os que mandam, que têm o poder de direcionar para onde vai o dinheiro público, é fácil definir como inimigo o próprio povo. Até quando?

O quadro de fragilidade institucional no país aprofundou ainda mais o quadro de insegurança em que vivem as populações das periferias urbanas. A perspectiva é que as contrarreformas trabalhista, previdenciária e política – além do congelamento de gastos sociais nos próximos 20 anos para atender metas cada vez mais nefastas de diminuição de gastos. Isso vai aprofundar ainda mais as desigualdades entre as classes sociais e os gêneros. As mulheres negras continuam sendo as mais pobres entre os/as pobres.

A situação é cada dia mais dolorosa para quem é reprimido e reprimida por fuzis, invasões domiciliares, escolas e unidades de saúde fechadas. A militarização do cotidiano da vida – vista por setores privilegiados como solução – precisa ser encarada como é de fato: um massacre para a população negra, favelada e pobre da cidade. Além dessas formas de violência, há também a violência policial contra mulheres, que é muitas vezes escondida.

A situação é cada dia mais dolorosa para quem é reprimido e reprimida por fuzis, invasões domiciliares, escolas e unidades de saúde fechadas. A militarização do cotidiano da vida – vista por

Do cotidiano da violência contra as mulheres

De janeiro a julho de 2017, 638 pessoas foram mortas em ações policiais, somando-se os dados mensais divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP). Mais de 70% das vítimas são jovens negros.

A violência vitima as mulheres, principalmente as negras e periféricas. São elas as principais atingidas no estado por crimes como lesão corporal dolosa (63,8% das vítimas), violação de domicílio (69,4%), ameaças (65,4%) e até supressão de documento (59,5%). Isso sem mencionar a escalada de violência sexual. Foram 4.013 mulheres vítimas de estupro no Estado do Rio somente em 2016. Os dados foram divulgados pelo ISP.

Formas de Violência	Delitos	Total de vítimas	Vítimas Mulheres	% de Vítimas Mulheres
Violência Física	Homicídio Doloso	5.042	396	7,9%
	Feminicídio		(16)	
	Tentativa de homicídio	6.055	599	9,9%
	Tentativa de Feminicídio		(42)	
	Lesão Corporal Dolosa	70.063	44.693	63,8%
Violência Sexual	Estupro	4.705	4.013	85,3%
	Tentativa de Estupro	426	387	90,8%
	Importunação ofensiva ao pudor	646	588	91,0%
	Assédio Sexual	135	126	93,3%
Violência Patrimonial	Dano	5.656	5.826	50,0%
	Violação de Domicílio	3.586	2.487	69,4%
	Supressão de documento	857	510	59,5%
Violência Moral	Calúnia / Difamação/ Injúria	45.533	33.028	72,5%
Violência Psicológica	Ameaça	64.848	42.434	65,4%
	Constrangimento Ilegal	939	520	55,4%

Fonte: ISP com base em dados da PCERJ



Foto: Luiz Baltar

setores ricos e da classe média como solução – precisa ser encarada como é de fato: um massacre para a população negra, favelada e pobre da cidade.

No Brasil, considerando-se apenas as mortes por ações policiais, 75 mulheres foram mortas pelo que se enquadrava como “intervenções legais ou operações de guerra”. Das vítimas, 39 eram mulheres pretas e pardas (52%). A estatística de mulheres negras mortas por policiais pode ser ainda maior, porque em 12 vítimas raça/cor aparecem como “ignorados”^[2].

Lembremos o caso de Marisa Carvalho, moradora da Cidade de Deus. As testemunhas contam que os policiais militares queriam que o filho de 17 anos de Marisa assumisse que era traficante, porque desconfiaram dele por estar bem vestido. No meio da discussão, Marisa de Carvalho, que havia ido defender seu filho, recebeu uma coronhada de fuzil na cabeça. Os parentes da vítima dizem ainda que os policiais acusaram a diarista de “fazer drama”, após começar a passar mal com a pancada. Logo em seguida, Marisa morreu de aneurisma cerebral.

Os aplausos à chegada dos blindados no asfalto do Rio de Janeiro assustam tanto quanto a naturalização das mortes diárias de inocentes. São vítimas escolhidas pelo seu local de moradia e cor da pele.

O Haiti é aqui!

Desde 2005 denunciávamos que as políticas de militarização postas em prática no Haiti pela presença das tropas da ONU comandadas militarmente pelo Brasil ia se virar contra nós. O mecanismo já é conhecido: treinam nas favelas brasileiras, seguem para as missões no país caribenho e depois voltam “mais experientes” nas práticas de repressão e intimidação.

Nossa luta deve denunciar tudo isso, mas precisa ir mais além. Precisamos encarar a escalada de uma sociedade cada vez mais embrutecida pelo ódio, que perde a capacidade de se criar e recriar naquilo que chamamos de humanidade.

Precisamos enfrentar essa dura realidade de frente. Precisamos encontrar caminhos de justiça e respeito. Precisamos ser capazes de nos fortalecer e enfrentar o “apartheid” que se aprofunda no Rio.

[2] Os dados foram obtidos pela Agência Patrícia Galvão, que solicitou ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública os números desagregados de mortes de mulheres por agressão e por “intervenções legais ou operações de guerra” combinados com os perfis de raça/cor. Veja mais dados aqui: <http://bit.ly/2ATQ14A>

SAIBA +

Nas ruas e nas redes

Em dezembro de 2017, a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência intensificou ações de denúncia à militarização no Rio e na Baixada Fluminense por meio da campanha “Caveirão Não: Favelas pela Vida e contra as Operações”. Foram promovidos debates, exibição de filmes e atos nas ruas para cobrar, do Ministério Público e da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense, celeridade nas investigações de mortes pela ação policial. A campanha faz referência ao uso de equipamentos blindados conhecidos como “caveirões”, utilizados em operações policiais nas favelas. Confira os detalhes da campanha na página <https://www.facebook.com/caveiraonao/>



Do luto à luta

As mães que perderam seus filhos se unem em coletivos que transformam a luta por justiça como forma de denúncia. Assista ao vídeo promocional do filme *Nossos Mortos Têm Voz*, construído a partir do depoimento e do protagonismo das mães e familiares vítimas da violência de Estado da Baixada Fluminense. Partindo dos casos de violência, o filme pretende trabalhar com as histórias atravessadas por essas perdas, trazendo uma visão crítica sobre a atuação do Estado através das polícias na Baixada Fluminense, sobretudo no que diz respeito à violência contra jovens negros. <http://bit.ly/2B1uMUN>



Para ouvir



O grupo Graveola e o Lixo Polifônico lançou a música “Desmilitarize já”. Os versos denunciam: “A violência da polícia é política. A violência da polícia não promove a paz”. Ouça em: <http://bit.ly/2ziye10>



Série de vídeos

A Justiça Global lançou em dezembro de 2017 uma série de documentários chamada *DESMILITARIZE*, em que denuncia o avanço do Estado policial e do racismo. A série destaca a urgente necessidade de desmilitarização, não apenas da polícia, mas da própria sociedade. As imagens e depoimentos foram coletados em São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro, entre 2013 e 2015. Veja em: <http://bit.ly/2C1dlpb>



HAITI: A MILITARIZAÇÃO DE CÁ PARA LÁ DA AMÉRICA

Por Miguel Borba de Sá e Thiago Mendes/
Instituto Pacs

O historiador e sociólogo conservador Oliveira Viana, conhecido por subestimar a presença negra na formação social brasileira, justifica da seguinte forma, no livro “Problemas de política objetiva”, de 1930, a invasão estadunidense no Haiti, em 1915:

“ Os americanos entram ali e põem para fora do governo, sumária e drasticamente, os politíqueiros que exploravam, sob o rótulo de democracia, o país. Feito o que, começam a refundir, a reformar, a reorganizar tudo - isto é, a governar. Restauram, com providências práticas e enérgicas, as finanças públicas. Reformam o absurdo sistema de impostos, substituindo-o por outro racional e justo. Dão aos dinheiros arrecadados uma aplicação rigorosamente honesta: gastando-os em serviços públicos. Enchem o Haiti de escolas de todo gênero; primárias, profissionais, técnicas; - e com isto reduziram o coeficiente de analfabetismo, que era, no 'Haiti soberano', de 95% [...]”

Oliveira Viana em “Problemas de política objetiva”, de 1930.

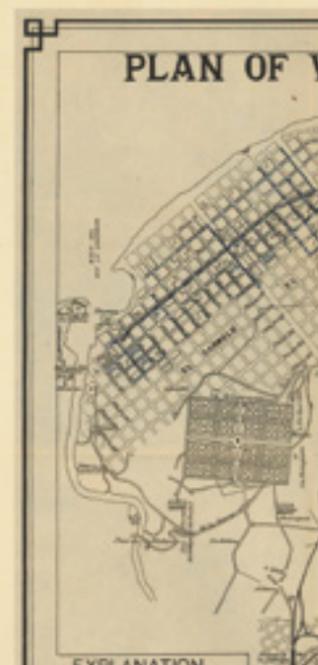




Foto: Roosevelt Pinheiro/ABr

O texto de Viana mostra como são antigas as intervenções militares no Haiti e como pouco mudaram os argumentos para tentar justificá-las. O País foi o primeiro a conquistar sua independência na América Latina, em 1804, a partir de uma revolução popular. Desde então, porém, o País tem sofrido inúmeros golpes militares, seguidos de ditaduras.

O mais recente desses golpes aconteceu em fevereiro de 2004. Naquele ano, parte da elite haitiana, aliada a França, Estados Unidos e Canadá, sequestrou a soberania do país caribenho ao destituir o presidente Jean Bertrand Aristide, democraticamente eleito duas vezes, mas considerado como um entrave ao avanço do neoliberalismo no Haiti. Iniciava-se assim uma intervenção militar e política internacional destinada a garantir essa mudança de regime: a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah).

Comandada pelo Brasil, a missão foi criada sob o falso pretexto de reduzir a violência do Haiti e conter uma suposta ameaça ao entorno regional vinda de um lugar com índices de violência menores do que cidades como Baltimore, nos Estados Unidos, por exemplo, ou Rio de Janeiro e Recife, no Brasil. Mesmo assim, a invasão estrangeira não foi capaz de diminuir os reais índices de criminalidade, que aumentaram desde então. Ela própria, a Minustah, foi acusada de centenas de casos de assédio e abuso sexual, roubos de propriedades (como cabritos), truculência e discriminação racial em suas abordagens sobre civis haitianos sem que ninguém fosse preso. Mais de 10 mil pessoas morreram pela introdução da bactéria do cólera pelas tropas estrangeiras,

sem que houvesse o reconhecimento oficial por parte das Nações Unidas da responsabilidade pela intromissão da epidemia.

A Minustah foi encerrada oficialmente em outubro deste ano, e se durou tanto tempo não foi por seus êxitos, mas por ter sido capaz de prolongar seus fracassos e permitir a continuidade de quem se beneficia com a ocupação. As forças armadas brasileiras ganharam novos equipamentos, muitos oficiais ficaram anos recebendo salários em dólares e criou-se por lá uma grande indústria internacional do humanitarismo – nos setores militar, filantrópico, diplomático, religioso e

acadêmico – para quem faz carreira passando pelo Haiti. São mais de 10 mil ONGs operando no país.

Por trás do discurso fácil do assistencialismo e das fotos de soldados sorrindo para a população, oculta-se o interesse das grandes empresas que exploram a mão de obra, os recursos naturais, a flexibilidade das legislações ambiental e trabalhista. Foi para atender a esses interesses que a Minustah se manteve em atividade por 13 anos. Não é coincidência que ela acabe em 2017, quase no mesmo período de falência do projeto de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), no Rio de Janeiro. Elas são parte de uma mesma política

Mais de 10 mil pessoas morreram pela introdução da bactéria do cólera pelas tropas estrangeiras, sem que houvesse o reconhecimento oficial por parte das Nações Unidas da responsabilidade pela intromissão da epidemia.

de controle sociorracial sob roupagem discursiva humanitária.

Infelizmente, a retirada das tropas não significa o fim da ocupação econômica e militar no Haiti. Essa outra forma pode vir a ser pior do que a própria Minustah. A crise política é iminente num momento pós-ocupação. Basta que pensemos nas zonas francas, no alto desemprego, na expulsão de camponeses e camponesas pelo agronegócio, na mineração, no turismo de luxo que cresce em meio a um país ainda não reconstruído após o terremoto de 2010. Há um barril de pólvora prestes a explodir. E esse pavio foi aceso para atender a grandes interesses econômicos transnacionais.

“Ora, os americanos compreenderam logicamente (lógica pragmática...) o que se

fazia preciso era corrigir esta inacessibilidade, quebrar esta impenetrabilidade, em suma ‘ventilar’ a região” - continua o texto de Oliveira Viana sobre o Haiti de 1915.

O texto de Viana e os atuais discursos que justificam o abandono do princípio da soberania dos povos em nome da “paz”, da “humanidade” ou do “desenvolvimento”, ao passo que convive bem com a continuidade das opressões, com a adesão a um discurso militarista como solução para problemas inventados e com o colonialismo secular unido ao racismo ora mais ora menos disfarçado – constituintes das relações entre os centros capitalistas dominantes e as periferias do capitalismo global – são faces de uma mesma pirâmide que tem submetido os povos do nosso continente a ocupações sangrentas - e lucrativas – há pelo menos cinco séculos.



Foto: Max Pixels

DA PALESTINA À MARÉ:

A LUTA PELO DIREITO À VIDA

por Gizele Martins

Em viagem à Palestina, pude ver de perto a militarização, o controle e a resistência do povo palestino que resiste e luta dentro de um espaço tomado por colonos há mais de 70 anos. Foram 12 dias na Cisjordânia. Em Hebron, o último lugar visitado, vivem 200 mil moradores palestinos, e 800 colonos israelenses também moram por lá. O número de colonos é bem menor, mas é impactante os estragos que estes invasores causam à vida dos palestinos.

A viagem foi feita a convite das organizações israelenses Hamushim e a Coalizão de Mulheres pela Paz, além do Comitê Nacional Palestino, do Movimento BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções) e a campanha "Stop the Wall".

Hebron, que sempre foi uma cidade conhecida por seu grande comércio, tem hoje mais de 500 lojas fechadas por forças militares, por exemplo. Sem contar, nas outras mil lojas que foram fechadas ao longo das décadas porque o

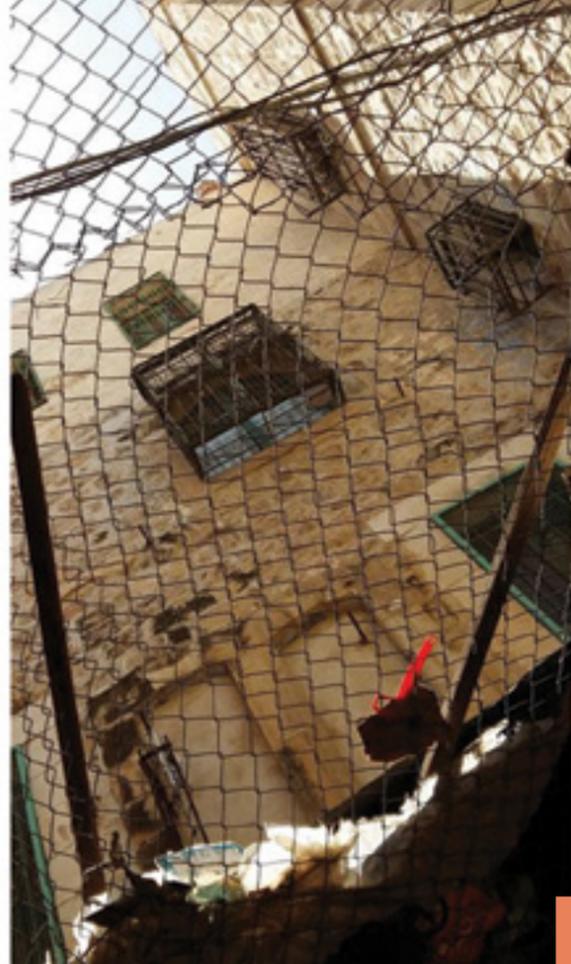
Exército israelense fechou as principais vias de acesso para a cidade, onde não é possível a livre circulação.

"Hebron era uma cidade conhecida pela sua variedade de mercadorias. Recebia visitas de pessoas de toda a Palestina para fazer compras. Mas as ruas de transporte foram fechadas", disse um dos moradores palestinos, um senhor de 60 anos, que já foi preso três vezes pelo Exército israelense.

Para além da falta de alternativas de trabalho e as grades pelas ruas que atingem aqueles moradores, outro problema é a falta d'água. Palestinos precisam percorrer pelo menos 6 km para conseguirem água, ao contrário dos colonos, que tem água garantida pelo governo israelense. Ruas em que moram colonos também foram fechadas para que palestinos não percorram, dificultando a circulação deles pela sua própria cidade. Outras ruas são separadas, divididas: em um lado da rua só pode passar palestinos,



Fotos: Gizele Martins/ Todos os direitos reservados



Conhecida pelo comércio, Hebron é hoje uma cidade de lojas fechadas, imposição da militarização.

em outro lado da rua, apenas israelenses, configurando e reafirmando o apartheid causado pelas tropas israelenses.

Uma das únicas escolas que funcionam no local, está cercada por muros, grades e arames farpados. Todos os dias, para as crianças chegarem à escola, elas precisam passar pelos checkpoints (postos de verificação). Todas as crianças são revistadas para entrarem e saírem das escolas. Segundo um morador, inclusive, soldados israelenses invadem constantemente a escola e levam crianças presas. Em Hebron, a militarização se faz presente controlando o comércio, a casa, a educação, a saúde, a vida de cada palestino e palestina que sobrevive ali.

Maré e Hebron, o que temos em comum?

O que os moradores do Conjunto de Favelas da Maré, favela localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro, no Brasil, vivenciaram durante a realização da Copa do Mundo, não é nada muito

diferente do que os palestinos vivem em seu espaço de moradia hoje.

Assim como lá, a militarização da vida é constante e assustadora. Lá, são os caças que passam diariamente pela vida palestina; aqui são os caveirões aéreos que passam também diariamente pelas vidas faveladas. O mais triste é perceber que existe uma naturalização mundial sobre a violência que os dois diferentes povos sofrem pelos poderes estatais e militares.

A Maré também tem uma população de quase 200 mil pessoas. É uma favela que existe desde 1940, e que sofre constantemente com invasões de vários policiais existentes no Rio e enviados pelo próprio governo, causando grandes transtornos às vidas locais: assassinatos, escolas fechadas, desemprego, medo, invasões de casas, o não direito de ir e vir, além de outros problemas cotidianos.

Em 2014 e 2015, época de realização da Copa do Mundo no Brasil, as ruas da Maré, assim como as ruas de Hebron atualmente, foram tomadas

por tanques de guerra. Eram soldados por todas as ruas, as revistas eram constantes a todos os moradores. Até mesmo crianças de colo tiveram suas fraldas revistadas naquele período. As escolas também foram invadidas pelos Exército, soldados distribuíram pelas escolas da Maré a revista 'O Recrutinha', que tinha tanques de guerra para as crianças pintarem, montarem e brincarem.

Toda a Maré estava sob a Garantia de Lei e Ordem, o GLO, lei utilizada no período da ditadura militar brasileira, mas que foi reutilizada durante os anos de invasão do Exército nas ruas mareenses, 2014 e 2015. Nestes dois anos, mais de 500 moradores foram presos e foram julgados pelo Tribunal Militar, algo que deveria ser inconstitucional em se tratando de um Estado que se afirma democrático.

Foram vários transtornos vividos pelos moradores da Maré naquela época. O Exército saiu em 2015 da Maré. Hoje, o Exército voltou para toda a cidade. O Governo Federal acabou de enviar mais de 10 mil soldados para todo o Rio. Hoje, são tanques por todos os lados em um momento em que o Governo do Estado se diz falido para investimentos em saúde, educação, moradia, obras de saneamento básico, direitos mínimos para a garantia da cidadania.

O fato é que os governantes têm outras prioridades: controle e disseminação do medo com a desculpa de uma "cidade segura". Vivemos em um Estado que cada vez mais se espelha em outros países para militarizar a vida. Israel se torna, assim, um exemplo de militarização e controle para o mundo.

É triste e revoltante saber que assim como os palestinos, a vida dos moradores de favelas servem como treino para a fabricação e disseminação de militarização da vida cotidiana. Eles treinam com as vidas, por isso não existe outra alternativa a não ser resistir e denunciar o passo a passo dessa militarização internacional que mata a vida da população que foi empobrecida ao longo do tempo.

Palestina Livre! Favela vive!



Fotos: Gizele Martins/ Todos os direitos reservados



Militarização e mortes no Brasil e no Rio

786.870

peças foram assassinadas entre 2001 e 2015 no Brasil. Isso representa mais mortes do que foi contabilizado em conflitos na Síria e no Iraque (mais de 570 mil vítimas nos dois países) e causadas mundialmente pelo terrorismo (mais de 238 mil mortes).

Fonte: O Globo a partir de dados do Ministério da Saúde

79%

das pessoas mortas pela polícia na cidade do Rio, entre 2010 e 2013, são negras (pretos e pardos). 75% das vítimas tinham entre 15 e 29 anos.

111 tiros



foram disparados contra os jovens Roberto de Souza, 16 anos, Carlos Eduardo da Silva Souza, 16, Cleiton Corrêa de Souza, 18, Wesley Castro, 20, e Wilton Esteves Domingos Junior, 20. Os jovens, todos negros, foram fuzilados em Costa Barros, em novembro de 2015. Eles voltavam da comemoração do primeiro emprego de Roberto como auxiliar de supermercado. Os policiais tentaram enquadrar o caso como auto de resistência.

16 mil pessoas foram mortas

pela polícia no Estado do Rio de 1998 e 2017 em casos registrados como "autos de resistência".

Fonte: Justiça Global, com base em dados compilados pelo ISP/RJ

2,9

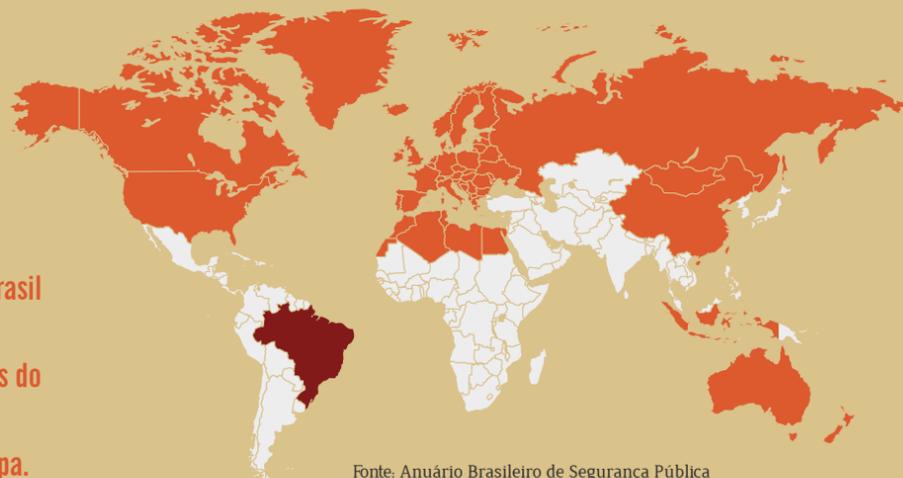
bilhões de Reais



Foi quanto o Governo Federal liberou, de forma emergencial, para ações de segurança pública durante a Olimpíada.

61 mil pessoas

Foi o número de assassinatos no Brasil em 2016. Em 2015, foram 59 mil pessoas mortas. Isso significa mais do que a soma dos homicídios dos 52 países marcados em laranja no mapa.



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Mortos pela violência no Rio de Janeiro

(janeiro / novembro)



Aumento de

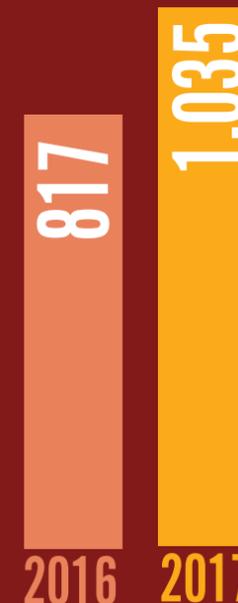
6,6%

De janeiro a novembro de 2017, 4.882 pessoas foram mortas no Estado do Rio. Em 2016, foram 4578 mortes violentas no Estado, no mesmo período, o que representa um aumento de 6,6%.

Fonte: Instituto de Segurança Pública/RJ. O valor representa a soma dos homicídios dolosos (quando há intenção de matar), latrocínios, mortos pela polícia e lesão corporal seguida de morte.

Mortos pela polícia no Rio de Janeiro

(janeiro / novembro)



Aumento de

26,7%

O tipo de crime contra a vida que mais cresceu em 2017, em comparação com 2016, foi o de mortos pela polícia. A Polícia assassinou 1.035 pessoas no Estado do Rio entre janeiro e novembro de 2017. Em 2016, foram 817 pessoas mortas por intervenção policial, no mesmo período. Houve um aumento de 26,7% em relação a 2016.

Fonte: Instituto de Segurança Pública/RJ. Os números se referem a todo o Estado do Rio de Janeiro.



Leia Mais



A militarização foi um dos temas da publicação "Rio Olímpico: qual o legado um ano depois dos Jogos", publicado pelo Instituto Pacs em julho de 2017. Leia em: <http://bit.ly/zhjLg3>

BIBLIO GRAFIA

Anistia Internacional. **Informe 2016/17**. O Estado dos Direitos Humanos no Mundo. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2BNuuAK>

Anistia Internacional. **"Você matou meu filho"** Homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/1EDQsSW>

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Disponível em: <http://bit.ly/2iOq4B8>

Instituto Pacs. **Rio Olímpico**: qual o legado um ano depois do Jogos? Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2hjhLg3>

-----, **Atingidas**: histórias de vida de mulheres na cidade olímpica. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2jzyGtg>

Instituto de Segurança Pública. **Dossiê mulher 2017**. Andréia Soares Pinto, Orlinda Cláudia R. de Moraes, Flávia Vastano Manso (org). Rio de Janeiro, ISP-RJ, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2upXbjX>

Instituto de Segurança Pública. **COMPARATIVO DAS INCIDÊNCIAS PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** (Resumo Nov/2017). ISP-RJ, dezembro de 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2kMtngC>

Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro. **Relatório final do projeto militarização das favelas: impactos nas vidas dos jovens negros e negras**. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2kmdEhO>

Justiça Global. **Informe sobre recentes violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro contra a população das favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro/RJ**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2Bj8rBS>

Notícias e demais links

Beltrame diz que informações do DEA vão ajudar Rio no combate ao tráfico. **G1 Rio**. 19/10/2015. Disponível em: <https://glo.bo/2BNsgRp>

CARIELLO, Gabriel e GRILLO, Marco. Bomba relógio. Brasil mata uma pessoa a cada dez minutos. **O Globo**. País 12/12/17

COELHO, Henrique. 20% de homicídios no RJ são cometidos pela polícia em serviço, aponta Anistia. **G1 Rio**. 21/02/17. Disponível em: <https://glo.bo/2Bzjx2F>

FREIRE, Aloisio. Cabral defende aborto contra violência no Rio de

Janeiro. **G1 Rio**. 24/10/07. Disponível em: <https://glo.bo/2kN6fHL>

MARTINS, Gizele. **Megaeventos e Remoções**. Jornal O Cidadão, 2007. Disponível em: <http://bit.ly/2BAhvzy>

-----, Gizele. Comunicação Comunitária Enfrenta Censura e Ameaças Dentro das Favelas do Rio. **Rio OnWatch**. 16/10/2015. Disponível em: <http://bit.ly/2DajtXX>

MENDES, Thiago. **A cidade pacificada para os Jogos às custas do sangue negro das favelas**. Instituto Pacs, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2oSkKzE>

ONG Rio de Paz. **MAIS UMA CRIANÇA É VÍTIMA DE BALA PERDIDA NO RIO DE JANEIRO**. **Facebook** (post). 25/04/17. Disponível em: <http://bit.ly/2uJ9lEg>

Presença de militares na Maré custa R\$ 17 milhão por dia. **O Globo**. 26/05/14. Disponível em: <http://bit.ly/2AYCLOv>

Rede de comunidades e movimentos contra a violência. **NOTA CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL: APÓS PROTESTOS POLÍCIA REALIZA CHACINA NA MARÉ**. Disponível em: <http://bit.ly/2oU8cYz>

Rio vence premiação de cidade mais inteligente do mundo. **Exame On-line**. 21/11/13. Disponível em: <http://abr.ai/2kltibi>

RIBAS, Cristian; RICHER, Rodger. "FIM DOS AUTOS DE RESISTÊNCIA": TEMOS O QUE COMEMORAR?. **Blog Negro Belchior**. Carta Capital. Disponível em: <http://bit.ly/2D5X5yJ>

ROUVENAT, Fernanda; RODRIGUES, Matheus. Mortes por intervenção policial no RJ se aproximam de patamar de antes das UPPs. **G1 Rio**. 15/03/17. Disponível em: <https://glo.bo/2CGdV6e>

SOARES, Rafael. Moradores da Maré usam rede social para para se informar sobre tiroteios. **Jornal Extra**. 05/11/14. Disponível em: <https://glo.bo/1okEgy6>

Venda de armas no mundo é a mais alta desde 1990. **O Dia**. 20/02/17. Disponível em: <http://bit.ly/2yZYfZd>

Vereadores do Rio aprovam uso de armas não-letais pela Guarda Municipal. **JB Online**. Disponível em: <http://bit.ly/2zofSrQ>

www.facebook.com/caveiraonao
www.facebook.com/redecontraviolenciarj
www.laadexpo.com.br

EXPE DIENTE



Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – Pacs
Avenida Henrique Valadares, 23, sala 504 – Centro – Rio de Janeiro (RJ)
Telefone: +55 21 2210-2124 - contato@pacs.org.br - www.pacs.org.br
medium.com/@pacsinstituto

Sandra Quintela
Coordenadora-Geral

Gabriel Strautman
Joana Emmerick
Coordenadores-Adjuntos

Manuela Justo
Augusto Cesar
Secretaria

Reportagens, Organização e Edição
Thiago Mendes

Revisão Final
Yasmin Bitencourt
Joana Emmerick

Fotos
Fernando Frazão/Agência Brasil (Sumário, p.8)
Tomaz Silva/Agência Brasil (Apresentação)
Tânia Rêgo/Agência Brasil (p.12)
Thomas Bauer (p.14, 16)
Luiz Baltar (Capa, p.18, 22, 26, 30, 34)
Thiago Mendes (p.27)
Miguel Borba de Sá (p.36, 38)
Max Pixel's (p.41) Gizele Martins (p.42, 43)
Jeferson Scabio/Campanha Caveirão Não (p.13)

Entrevista
Patrícia Oliveira

Artigos
Sandra Quintela, Gizele Martins, Miguel Borba de Sá e Thiago Mendes

Projeto Gráfico e Diagramação
Mardônio Andrade

Agradecimentos
Rede de Comunidades e Movimentos
contra a Violência, Gizele Martins,
Luiz Baltar, Thomas Bauer e Patrícia Oliveira

Apoio
DKA - Áustria

Impressão
WalPrint

Tiragem
500 exemplares



Rio de Janeiro - dezembro de 2017

Attribution 4.0 International (CC BY 4.0)

A menos que indicado o contrário, textos e fotos desta obra estão licenciados com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Todos os textos podem ser utilizados, copiados, distribuídos, exibidos ou reproduzidos em qualquer meio ou forma, seja mecânico, seja eletrônico, incluindo fotocópia, desde que não tenha objetivo comercial e sejam citadas as fontes, autores e autoras.

DE JANEIRO A NOVEMBRO DE 2017,
4.882 PESSOAS FORAM MORTAS NO
ESTADO DO RIO. DESSE TOTAL, 1.035
FORAM ASSASSINADAS PELA POLÍCIA.
MILITARIZAR É A SOLUÇÃO? EM
REPORTAGENS, ARTIGOS, ENTREVISTAS
E DADOS, O INSTITUTO PACS
CONVIDA À REFLEXÃO SOBRE O TEMA
DA MILITARIZAÇÃO DO COTIDIANO
COMO LEGADO DAS OLIMPÍADAS.

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISBN 978-85-89366-41-0



9 788589 366410